



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA 9 DE JUNHO DE 2022 – N.º 11/2022 - MANDATO 2021 – 2025**

--- Aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, nesta Vila de Alpiarça, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2021/2025, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Presidente Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes e com a participação dos Senhores Vereadores Jorge Manuel Claudino de Freitas, Ana Margarida Vences Rosa do Céu, João Pedro Costa Arraiolos e Casimira Pereira Alves. Secretariou a reunião Vanessa Alexandra Pepino dos Santos Dias, Técnica da Subunidade de Administração Geral – Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Alpiarça. -----

--- A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do N.º 2 do artigo 53.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei N.º 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:-----

**Ponto 01 – Proposta de Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 26 de maio de 2022 – N.º 10/2022 – Mandato 2021 – 2025. Para deliberação.** -----

**Ponto 02 – Pedido de alargamento de horário de funcionamento de estabelecimento. Para deliberação.** -

**Ponto 03 – Ata de abertura de propostas da Hasta Pública para Cedência Temporária do Direito de Exploração do Bar e Esplanada do Jardim Municipal de Alpiarça – Procedimento deserto. Para conhecimento.** -----

**Ponto 04 – Atribuição de apoio à Confraria do Tejo para a realização do VIII Cruzeiro Religioso e Cultural do Tejo. Para deliberação.** -----

**Ponto 05 – Atribuição de apoio ao Clube Desportivo “Os Águias” para a participação de dois atletas no Campeonato do Mundo de Pesca. Para deliberação.** -----

--- **ABERTURA DA REUNIÃO** -----

--- A reunião foi aberta pela Senhora Presidente da Câmara, Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes, eram nove horas e quarenta minutos, que cumprimentou todos os presentes e deu conhecimento do resumo diário de tesouraria, referente ao dia oito de junho de dois mil e vinte e dois, com um total de disponibilidades de 667.868,70 euros (seiscentos e sessenta e sete mil e oitocentos e sessenta e oito





euros e setenta cêntimos). -----

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

--- A senhora Presidente iniciou o período antes da ordem do dia, dando a palavra aos Vereadores. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e referiu que teve conhecimento de que na Vala de Alpiarça houve um período com maus cheiros e, a própria cor da água encontrava-se muito negra, pelo que gostava de saber se houve algumas diligências nesse sentido, bem como, a situação da própria Vala que estava totalmente coberta de jacintos, e se havia alguns avanços nesse sentido. Referiu que a questão da própria Barragem dos Patudos começava a ser preocupante com o calor, uma vez que o nível de água estava muito baixo, o que podia dar origens a situações ainda mais graves. Salientou que gostava de saber se havia contactos com a APA (Agência Portuguesa do Ambiente) e mais alguma entidade, e o que podia informar acerca dessa situação. Quanto à questão dos subsídios às Associações e Coletividades, disse que gostava de saber se estava previsto alguma proposta de apoio, e se iria ser de acordo com os pedidos e qual a conduta dessa atribuição. Referiu que no final do ano anterior, a 31 de Dezembro foi publicada a lei 38/2021, lei de bases do clima, que previa a elaboração de um Plano Municipal de Ação Climática, e por isso pretendia saber se o Município de Alpiarça iria desenvolver alguns procedimentos nesse sentido. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que a Vala de Alpiarça estava completamente coberta de jacintos de água, sendo que, o resultado dessa situação era a falta de acompanhamento e de manutenção da obra de limpeza, que foi levada a cabo há cerca de três anos. Relativamente aos maus cheiros, disse que o senhor Vereador Jorge Freitas foi com os serviços do Município fazer recolhas de água, em diversos pontos e na zona do antigo Matadouro, onde existia um coletor de esgotos domésticos, e verificou que havia na água, quer na cor, quer no cheiro, e posteriormente confirmou-se nas análises a introdução de matéria orgânica avultada no leito da Vala. As Águas do Ribatejo constataram que o coletor de esgotos domésticos daquela zona, tinha uma espécie de um bypass que permitia quando o coletor estivesse entupido ou atingisse um determinado volume drenava os esgotos pluviais para a Vala, e portanto, solicitou-se as Águas do Ribatejo para tapar o bypass. Disse que, foram verificados todos os coletores e não havia mais situações desse género, essa era a única situação e já tinha sido reportada pelo Fiscal Municipal ao Executivo em 2011. Referiu ainda, que as Águas do Ribatejo estavam preparadas para fazer a limpeza e descontaminação da valinha que dava acesso ao coletor até à Vala, só não estavam a fazê-la porque tinha uma seara de trigo e não queriam danificar a cultura até ser feita a colheita. Salientou que, estavam a





estudar com a APA (Agência Portuguesa do Ambiente) uma solução integrada entre a Vala e a Barragem, sendo que, não estavam abertos financiamentos nem ao nível do Fundo Ambiental, nem ao nível do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) para efetuarem a limpeza dos cursos de água, e portanto, estavam a ponderar avançar com a limpeza por meios próprios, assim como, efetuar as prensas. Relativamente à Barragem dos Patudos, disse que a situação era muito preocupante, uma vez que o Inverno foi seco, o que iria agravar mais a situação e, também estavam impedidos de debitar água dos furos que tinham disponíveis para a Barragem. Para delinear toda a intervenção que era necessária fazer, tinham de perceber o que se iriam fazer à matéria que estava no fundo da Barragem, onde a iriam colocar e qual o nível de poluição. Relativamente aos subsídios e às coletividades, explicou que estavam a finalizar a receção dos planos de atividades e, a delinear um novo regulamento que visa regular as situações da atribuição de subsídios às coletividades, sendo que, a modalidade era um bocadinho diferente da atribuição destes subsídios, mas a proposta vinha na próxima reunião de Câmara. Relativamente à lei de bases do clima e ao Plano Municipal de Ação Climática, disse que estavam a trabalhar num conjunto de planos, que eram essenciais para futuras candidaturas a fundos comunitários, e o Plano Municipal de Ação Climática era um deles, mas havia um conjunto de outros planos que não tinham, mas estavam a trabalhar nesse sentido. Informou do convite aos senhores Vereadores para estarem presentes na cerimónia de assinatura do contrato com a IRHU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana), relativamente à estratégia local de habitação. Referiu que estavam avançar com o regulamento do Mercado Municipal, no sentido de reorganizar o funcionamento do mercado, com a previsão de estar aberto da parte da tarde e de noite, de modo a que os comerciantes tenham alguns espaços para dinamizar o espaço interior do mercado, e que o possam fazer até uma hora mais tardia. Disse que, a obra na zona das Piscinas visava aproveitar o furos que o Município tinha fora da rede de abastecimento pública, para fazerem a rega de todos os espaços verdes e o abastecimento das Piscinas, sendo que a obra foi feita inteiramente pelo Município e, o contributo que as Águas do Ribatejo deram foi fundamentalmente para a coordenação da mesma. -----

--- A senhora Vereadora Margarida do Céu tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e referiu que já se iniciaram as inscrições no OTL de Verão, que este ano vai dar acesso a crianças dos 10 aos 14 anos, ou seja, já se podiam inscrever no balcão único, bem como, na CAF de Verão. Disse que, o OTL iria funcionar todo o período de Verão até setembro, exceto na segunda quinzena de agosto. A CAF iria funcionar o período todo como funcionava, habitualmente, nos últimos anos e as AF vão funcionar mais 15 dias, ou seja, vão funcionar também nos primeiros 15 dias de agosto. Referiu também, que iriam assinalar em parceria com a Direção-Geral da Saúde, um arranque público nacional do Plano de Contingência da Saúde





## Município de Alpiarça

### Câmara Municipal

ATA N.º 11/2022 RC 09 JUNHO 2022 - MANDATO 2021 - 2025

Sazonal Módulo Verão 2022, ou seja, em parceria com a DGS iriam fazer o lançamento do Plano de Contingência em Alpiarça. -----

--- **Terminado o período Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:** -----

--- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

--- **Ponto 01 – Proposta de Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 26 de maio de 2022 – N.º 10/2022 – Mandato 2021 – 2025.** -----

--- **Deliberação:** A proposta de Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 26 de maio de 2022 – N.º 10/2022 – Mandato 2021 – 2025, foi aprovada por unanimidade. -----

--- **Ponto 02 – Pedido de alargamento de horário de funcionamento de estabelecimento.** -----

--- A senhora Presidente deu conta da seguinte proposta: **“Pedido de alargamento de horário de funcionamento de estabelecimento. Considerando que:** - O requerente João José Diogo Pereira, proprietário da empresa Lapada & Petiscos, Lda, solicitou o alargamento de horário de funcionamento do estabelecimento de restauração e danceteria; - O Regulamento dos Períodos de Abertura e de Encerramento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Alpiarça, prevê que a atividade do referido estabelecimento, se insere no grupo III, conforme disposto na alínea d) do n.º 4 do artigo 3.º, com horário previsto compreendido entre as 12H00 e as 02H00 do dia seguinte, tal como estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º; - Nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do mesmo Regulamento, a Câmara Municipal tem competência para alargar os limites fixados, por sua iniciativa ou mediante requerimento devidamente fundamentado do interessado, desde que se observem, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) Sejam respeitados os níveis de ruído impostos pela legislação em vigor, tendo em vista a salvaguarda da segurança, da tranquilidade e do repouso dos cidadãos residentes nas imediações; b) Sejam respeitadas as características sociais, culturais e ambientais da zona envolvente, bem como as condições de circulação e estacionamento; c) Motivos de interesse local o justifiquem. **Proponho:** Que a Câmara Municipal, no uso da competência prevista no n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento dos Períodos de Abertura e de Encerramento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Alpiarça, delibere autorizar o alargamento do horário do estabelecimento denominado Lapada & Petiscos, Lda, até às 4h00m conforme requerido, desde que sejam cumpridos os requisitos previstos no referido artigo.”-----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, referindo a necessidade de verificação de tais condicionantes, no sentido que seja cumprido, sendo que considerava uma opção do Executivo. -----





--- **Deliberação:** A proposta de pedido de alargamento de horário de funcionamento de estabelecimento, foi aprovada por maioria com abstenção dos senhores Vereadores da CDU. -----

--- **Ponto 03 – Ata de abertura de propostas da Hasta Pública para Cedência Temporária do Direito de Exploração do Bar e Esplanada do Jardim Municipal de Alpiarça – Procedimento deserto.** -----

--- A senhora Presidente apresentou a seguinte proposta: “**Ata de Abertura de Propostas da Hasta Pública para Cedência Temporária do Direito de Exploração do Bar e Esplanada do Jardim Municipal de Alpiarça.** -----

*Aos dois dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e dois, pelas dez horas, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho de Alpiarça, reuniu o JÚRI designado por despacho da Senhora Presidente da Câmara, Sónia Isabel sanfona Cruz Mendes, do dia um de junho do ano dois mil e vinte e dois, para a presente abertura pública, com o fim de deliberar sobre a admissão e exclusão das **propostas** apresentadas, no âmbito do Edital número 36/2022, de dezassete de maio do ano dois mil e vinte e dois, para cedência temporária do direito de exploração do bar e esplanada do jardim municipal de Alpiarça. À hora estabelecida, estando presente o Júri designado, composto pela Técnica Superior Jurista, Ana Sofia Salgado da Silva Bastos Fonseca, na qualidade de Presidente, pela Assistente Técnica, Virgínia Gaspar, e pelo Técnico Superior, Bruno Nalha, a Presidente declarou aberta a sessão do ato publico de **abertura de propostas**. Por não ter sido apresentada qualquer proposta dentro do prazo estabelecido nas peças do procedimento, foi a Hasta Pública declarada deserta. Cumpridos os trâmites procedimentais e nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão de abertura de propostas, tendo sido lavrada a presente ata, composta por uma folha, que vai ser assinada por todos os membros do Júri.” -----*

--- De seguida, a senhora Presidente explicou que este procedimento teve o término do seu prazo recentemente e à hora estabelecida, estando presente o Júri composto com a Técnica Superior Jurista na qualidade de Presidente e, por um Assistente Técnico e um Técnico Superior e foi declarado nessa sessão que não existiam propostas para a ocupação daquele espaço, no entanto, a legislação previa que no período de 6 meses, se aparecerem algumas propostas nas condições que estavam definidas na Hasta Pública, o Município tinha a possibilidade de fazer um ajuste direto com alguma Entidade que aparecesse. Disse que, entretanto, já se tinham dirigido ao Município pelo menos duas Entidades, manifestando o interesse na ocupação daquele espaço, pelo que estavam apenas a aguardar que viessem as propostas em concreto, para definir se alguma delas era do interesse do Município, se preenchia os requisitos que estavam na Hasta Pública e se reunia as condições. -----

--- **Conhecimento:** Foi dado conhecimento da Ata de abertura de propostas da Hasta Pública para Cedência Temporária do Direito de Exploração do Bar e Esplanada do Jardim Municipal de Alpiarça – Procedimento





deserto. -----

**--- Ponto 04 – Atribuição de apoio à Confraria do Tejo para a realização do VIII Cruzeiro Religioso e Cultural do Tejo. -----**

--- A senhora Presidente deu conta da seguinte proposta: **“Apoio a VIII Cruzeiro Religioso e Cultural do Tejo. No âmbito do apoio pontual a associações, proponho a atribuição de um apoio no valor de 100€ para ajuda de combustível à Confraria do Tejo, entidade responsável pela organização do Cruzeiro Religioso e Cultural do Tejo.”** -----

--- A senhora Presidente explicou que, este cruzeiro era realizado já há alguns anos e tinha uma importância cultural histórica relevante, sobretudo de homenagem às comunidades ribeirinhas, aos povos que viviam junto às linhas de água, neste caso até ao Tejo, e tinha uma participação bastante significativa dos Municípios, sobretudo alguns pontos de referência do Património da Cultura Avieira. Nessa sequência, estiveram em conversações com a Confraria Ibérica do Tejo, no sentido de articular com eles, os eventuais apoios que o Município podia dar à realização do Cruzeiro Religioso. A situação que se passa com os restantes municípios por onde o Cruzeiro passou era a atribuição de um apoio, no valor de 100 € para ajuda de combustível à Confraria do Tejo, entidade responsável pela organização do Cruzeiro. Disse que, havia um conjunto de outros apoios que o Município ia dar a esta realização, designadamente o fornecimento de refeições, pequeno almoço e de uma refeição de jantar. -----

--- A senhora Vereadora Margarida do Céu tomou a palavra, para referir que iriam apoiar esta realização com um valor para o combustível, bem como o apoio em termos de refeições na chegada e na partida. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, referindo que no passado foi referido várias vezes que a própria instrução do processo, bem como o pedido de apoio, viesse junto com a proposta e com algum enquadramento em relação à própria atividade, no sentido de poderem deliberar com a informação completa em relação ao ponto em si, porque estava a ser apresentada apenas uma proposta da senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu, com uma frase em relação à proposta e não queria desconsiderar a senhora Vereadora, mas para que a Câmara Municipal enquanto Órgão, pudesse decidir, era mais fácil se o processo estivesse completo. -----

--- **Deliberação:** A proposta de Atribuição de apoio à Confraria do Tejo para a realização do VIII Cruzeiro Religioso e Cultural do Tejo, foi aprovada por unanimidade. -----

**--- Ponto 05 – Atribuição de apoio ao Clube Desportivo “Os Águias” para a participação de dois atletas no Campeonato do Mundo de Pesca. -----**

--- A senhora Presidente apresentou a seguinte proposta: **“A atribuição de subsídios é fundamental, não só**





*para criar condições para a prática desportiva, como também para promover o nome do Concelho e levá-lo a outras paragens e quando se pretende efetuar uma forte aposta em atividades fundamentais para a manutenção das condições de saúde e qualidade de vida das populações. O Clube Desportivo "Os Águias" de Alpiarça (CDA) tem, ao longo dos quase 100 anos de atividade, sido um clube diferenciador e promotor do nome de Alpiarça e, nesse sentido, se enquadra a sua secção de Pesca Desportiva. A Federação Portuguesa de Pesca Desportiva selecionou dois atletas do CDA para representar a Seleção Nacional, na categoria de Masters, no Campeonato do Mundo de Pesca - Masters - Água Doce/2022, a realizar de 6 a 12 de Junho, na Hungria. Os atletas selecionados são: António José Carvalho Grave; Mário Rui Franca Vieira. O Município de Alpiarça, no seu trabalho de desenvolvimento e de estímulo à prática desportiva e para fazer face às despesas inerentes à participação dos dois atletas no Campeonato do Mundo de Pesca, propõe a atribuição de subsídio, no montante de 600 €, por atleta, perfazendo um total de 1,200 € (mil e duzentos euros)."* -----

--- De seguida, a senhora Presidente explicou que dois atletas da Secção de Pesca dos "Águias" estavam selecionados para comparecerem na categoria de Masters no Campeonato do Mundo de Pesca, ou seja, era um Campeonato de Masters Água Doce 2022, a realizar de 6 a 12 de Junho, na Hungria. Os atletas selecionados são o António José Carvalho Grave e o Mário Rui Franca Vieira, e o Município entendeu que era extremamente importante e de uma relevância substancial, a participação dos atletas que envergavam a camisola do Clube Desportivo. Disse que, era muito importante o estímulo e a participação destes atletas em competições nacionais e internacionais. Estas participações implicavam a obrigatoriedade de os próprios atletas, os clubes que representavam, terem que custear a maior parte das despesas que tinham obrigação e necessidade de fazer, para participarem nestas competições. O Município entendeu que devia atribuir um subsídio, de modo a minimizar e ajudar os atletas a poderem participar nesta importante competição. Referiu que, estava em curso o Regulamento de Atribuição de Subsídios e de Ajudas quer aos atletas e às coletividades, quer à forma como eles eram atribuídos até aqui, que eram atribuídos às coletividades e, depois eram pontualmente atribuídos a secções ou atletas em concreto. Disse que estavam a regulamentar esta situação, de modo, a garantir que havia não só alguma equidade, mas também uma análise criteriosa de relevância das provas e dos eventos. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, para referir que da mesma forma que o ponto anterior, também não vinha a informação do pedido de apoio por parte do Clube Desportivo os "Águias". Disse que, apesar da proposta do senhor Vereador Jorge Freitas e na boa-fé do próprio clube, em relação ao pedido seria também importante saber o enquadramento, em termos de custos desta própria participação, a percentagem ou valor que estavam a apoiar. -----





--- Interveio a senhora Presidente, referindo que o senhor Vereador João Pedro Arraiolos tinha toda a razão, porque os documentos deviam estar juntos, mas posteriormente, iriam ser enviados aos senhores Vereadores para terem conhecimento de toda a documentação dos dois pontos. -----

--- **Deliberação:** A proposta de Atribuição de apoio ao Clube Desportivo “Os Águias” para a participação de dois atletas no Campeonato do Mundo de Pesca, foi aprovada por unanimidade. -----

--- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE**-----

--- A senhora Presidente da Câmara Municipal deu início ao período de intervenção do público, conferindo as respetivas inscrições para o mesmo e dando a palavra ao público inscrito. -----

--- Foi dada a palavra ao munícipe Eduardo Costa, que começou por referir que no dia cinco se tinha comemorado o Dia Mundial do Ambiente, e fazia cinquenta anos que aquele dia tinha passado a ser o Dia Mundial do Ambiente, sendo que tais dias eram simbólicos e tinham sempre uma causa associada, que naquele caso era o ambiente. Referiu-se à situação da barragem, frisando que apesar das cotas elevadas verificadas na barragem, os peixes apareciam mortos, mas desde outubro do ano transato que não se viam peixes mortos na barragem, mesmo com a descida acentuada do nível das águas. Explicou que tinha estado recentemente com o senhor engenheiro Leonel Piscalho, que considerava ser um técnico sublime de engenharia civil, que tinha conhecimentos de hidráulica e em Portugal era a pessoa que mais sabia sobre a barragem de Alpiarça, pelo que podia dar uma opinião em termos formais, de propostas para resolução do problema. Em relação à recolha seletiva de resíduos urbanos porta-a-porta, lembrou que tinha havido um seminário organizado pelo senhor Presidente da Câmara de Almeirim, em que tinham participado várias entidades, e no qual tinha sido apresentado um estudo, que referia que tinham sido aprovados uns largos milhões de euros da União Europeia para tal área, mas infelizmente em Portugal nada se tinha feito e a recolha seletiva porta-a-porta não tinha sido implementada, pelo que questionava qual o atual ponto dessa situação. Frisou que estava satisfeito por já ter sido reparado o buraco no Largo Salgueiro Maia, e pelo facto de, já não se estarem a gastar milhões de euros em água potável, quando se podia ter outra água a custo zero. Salientou, ainda, que não conseguia compreender como é que as Águas do Ribatejo argumentavam que tinha os tarifários mais baratos a nível nacional, mas depois não implementava o aumento de preços já aprovado no ano transato. -----

--- Interveio a senhora Presidente, começando por referir, relativamente à questão do Dia Mundial do Ambiente e às recolhas seletivas de lixo, que já tinham sido realizadas inúmeras conferências relativamente a tal matéria, sobretudo sobre o impacto das ações climáticas e a diminuição da pegada ecológica, pelo que eram assuntos que estavam em discussão havia vários anos e que tinha tido alguma luz verde no âmbito do







apoio comunitário, sobretudo ao nível do PRR, que continha um conjunto de medidas, muito assertivas e concretas, destinadas a tais questões. Explicou que o quadro comunitário anterior ainda estava a ser fechado, e portanto o PRR ainda não estava a ser implementado, sendo certo que aquela não era uma matéria que os municípios conseguiam resolver de por si, muito menos os municípios de menor dimensão. Esclareceu que os estudos estavam a ser desenvolvidos ao nível da Comunidade Intermunicipal, e a abordagem era feita ao nível da Comunidade Intermunicipal, mas tal apoio era extremamente importante, para que depois setorialmente cada um dos municípios pudesse fazer as suas escolhas e, optar pela candidaturas ou pelos projetos que se mostrassem mais adequados à sua própria realidade. No que respeitava à recolha porta-a-porta, explicou que o projeto que conhecia melhor era o da Chamusca, que tinha em curso um projeto piloto de recolha porta-a-porta apenas para os recicláveis, mas a perceção que tinha, olhando para aquilo que era a realidade, é que aquele modelo era completamente inviável para Alpiarça, que não tinha meios, nem temos equipamentos para o efeito, sendo que também não chegava colocar dinheiro em cima dos problemas para os resolver. Frisou que o Município de Alpiarça gastava mais do dobro do que recebia para garantir a recolha dos resíduos, e como tal, naquelas condições era impossível ter capacidade para adquirir meios ou para fazer face à manutenção das infraestruturas existentes. Quanto à questão do tarifário das Águas do Ribatejo, disse que tinha a ideia de que na última Assembleia não tinha sido deliberado um aumento da tarifa da água, mas antes pelo contrário a redução da tarifa da água, mas iria confirmar essa informação. -----

--- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** -----

--- Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pela Presidente, eram 10h55m, da qual para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data. E eu, Vanessa Alexandra Pepino dos Santos Dias, Técnica da Subunidade de Administração Geral – Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Alpiarça, a redigi e vou assinar com a senhora Presidente. -----

A Presidente da Câmara Municipal

Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes





## Município de Alpiarça

---

### Câmara Municipal

ATA N.º 11/2022 RC 09 JUNHO 2022 - MANDATO 2021 - 2025

### A Técnica da Subunidade de Administração Geral

---

Vanessa Alexandra Pepino dos Santos Dias

Assinatura digital de igual valor probatório dos congéneres em papel com assinatura manuscrita, ao abrigo do Decreto-Lei nº 290-D/99 de 02 de agosto, na atual redação. Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.

